



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681414 - SP (2021/0226862-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ZEFERINO ROGERIO FERREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ZEFERINO ROGERIO FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ZEFERINO ROGERIO FERREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (EXECUÇÃO n. 0000688-04.2021.8.26.0041).

O paciente informa que foi condenado à pena de 1 ano e 9 meses de reclusão em regime semiaberto, pela prática do delito previsto no art. 180 do Código Penal.

Destaca que seria incompatível o encarceramento do sentenciado no regime fechado, uma vez que teria sido aplicado o semiaberto pelo Juízo sentenciante.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a paciente seja transferido para o modo semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a cópia do acórdão impugnado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência